

# Brasília-DF



**LUANA PATRIOLINO (INTERINA) COM EDUARDA ESPOSITO**  
luanapatriolino.df@dabr.com.br

## Salvador dos extremistas

Ainda não está claro para a Polícia Federal o que levou o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques a escolher El Salvador como o destino final de seu roteiro de fuga mirabolante, nem onde ele se instalaria, caso conseguisse escapar das autoridades. Pequeno e com pouca relevância no cenário político internacional, o país ganhou destaque com a ascensão da extrema direita nas últimas eleições e recebeu atenção especial do bolsonarismo. Para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o chefe de Estado salvadorenho Nayib Bukele tornou-se queridinho por suas ideias extremistas e desalinhas aos direitos humanos. Com uma carta de opções como EUA, Argentina e Hungria, o condenado também tinha receio de não conseguir o asilo adequado por causa da repercussão mundial do julgamento da trama golpista.

Um dos fatos que agrada os extremistas é o fato de que El Salvador montou um complexo presidário que atende à lógica ultradireita de “prisão dura” e passou a receber inúmeros voos de deportação vindos dos Estados



Unidos. Em novembro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu prisão perpétua no Brasil e elogiou o modelo de Bukele. No mesmo mês, um relatório da Human Rights Watch e do grupo

de direitos humanos Cristosal alegou que dezenas de venezuelanos deportados para uma cadeia salvadorenha foram submetidos à tortura e a outros abusos graves, incluindo violência sexual.

### Brasil indefeso

Por sua larga experiência e décadas de atuação na PRF, Silvinei Vasques conhecia todas as brechas das fronteiras para que pudesse escapar. Na avaliação do embaixador aposentado Jorio Dauster, a nação vive o desafio de proteger seu território e deve repensar o trabalho de segurança em suas áreas de extensão. “Somos, hoje, um país totalmente inerte. Não temos Forças Armadas capazes de passar três dias em uma ação militar porque acaba a gasolina e coisas do gênero”, aponta o diplomata.



### Cadê o cachorro?

O caso do ex-PRF deixa dúvidas sobre o modus operandi da fuga, como os preparativos para a viagem até o Paraguai e a emissão do passaporte falso. Mas a pergunta que não quer calar é: onde está o cachorro de Silvinei Vasques? Ele teria dito aos policiais que deixou o animal com conhecidos de confiança, mas ainda não se sabe o que teria sido feito do pet.

### Sobrou para geral

Como punição exemplar, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o cumprimento de 10 mandados de prisão domiciliar como forma de alertar os outros condenados pela trama golpista que tentarem fugir do país. Mas nem todo mundo foi encontrado. O presidente do Instituto Voto Legal, Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, é considerado foragido. Procurada pela coluna, a defesa dele disse que também não conseguiu falar com o condenado. “Ao tentar contato com Carlos Rocha, ele nos telefonou, informou que havia mudado de endereço, declinou o novo e encerrou a chamada. Informamos o fato à agente da Polícia Federal”, disse.

## RESTOS A PAGAR

# Lula veta resgate no Orçamento

Alinhado com decisão do STF, chefe do Executivo é contrário a dispositivo que renderia R\$ 3 bilhões a parlamentares

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que corta benefícios fiscais em 10% e amplia a tributação sobre bets, fintechs e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a partir de 2026.

Em compensação, o chefe do Executivo vetou uma proposta embutida no projeto para facilitar a reciclagem de verbas do orçamento secreto, por meio dos chamados “restos a pagar”. A inclusão do dispositivo foi derrubada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), após questionamentos da Rede e do PSol.

A nova lei deve gerar uma arrecadação de R\$ 22,45 bilhões em 2026. A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fintech, que hoje é de 9%, vai subir até 15% no mesmo período.

Investidores que recebem proventos de empresas via JCP, por sua vez, pagarão mais Imposto de Renda. A alíquota na fonte subirá de 15% para 17,5%.

Em relação ao Orçamento, o presidente vetou o dispositivo que poderia destravar até R\$ 3 bilhões em recursos de interesse dos parlamentares. São os chamados “restos a pagar” — recursos indicados em anos anteriores, mas que estavam parados porque as obras não haviam começado em tempo hábil. Pelo projeto aprovado no Congresso, os restos a pagar poderiam ser “ressuscitados” até o fim de 2026, ano de eleições.

“Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse

Ricardo Stuckert / PR



**Lula e Alcolumbre: Congresso ainda analisará veto do presidente**

público, ao gerar insegurança jurídica quanto à possibilidade de execução dos restos a pagar de que trata o dispositivo”, argumentou o Executivo na mensagem enviada ao Congresso.

Somente em 2024, foram cancelados R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares que não haviam sido executadas em anos anteriores, incluindo R\$ 2,2 bilhões do orçamento secreto. O cancelamento auxilia o Executivo a destravar aquele recurso para prioridades atuais.

Dispositivo semelhante foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que ainda não foi sancionada por Lula.

Apesar do veto e da decisão de Dino, o resgate das verbas do orçamento secreto ainda está válido em uma lei aprovada pelo Congresso e

sancionada por Lula em março. Essa norma permite a recuperação dos recursos cancelados.

O dispositivo vetado por Lula facilitaria essa reciclagem, pois dispensaria a necessidade de início da licitação e permitiria que, se não houvesse dinheiro suficiente para resgatar e executar os projetos originais, o governo poderia reciclar o repasse e destinar para outras obras e até outros municípios. O governo teria a possibilidade, inclusive, juntar sobras de várias emendas para fazer nascer outra.

O veto do presidente a dispositivos do orçamento será apreciado por senadores e deputados em sessão conjunta do Congresso. Essa votação só ocorrerá a partir de fevereiro, após o recesso parlamentar.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 28/12/2025

### Setor reconhece importância do crédito imobiliário, mas alerta para redução de juros

Ao longo de 2025, o governo federal anunciou medidas para estimular a aquisição de imóveis em todo o país, com foco principalmente na população de classe média. O valor máximo do imóvel financiado, por exemplo, passou de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões. O governo também decidiu reestruturar o uso da poupança para ampliar a oferta de crédito imobiliário. Já a Caixa Econômica Federal voltou a permitir mais de um financiamento para a mesma pessoa.

Na avaliação da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), as medidas são relevantes e projetam uma potencial expansão na oferta e acesso à moradia, pela ampliação do volume de recursos disponíveis, mas não respondem questões essenciais para que o sonho da casa própria ganhe maior velocidade no Brasil. Hoje, o maior desafio — tanto do empreendedor quanto do comprador — são as taxas de juros elevadas, fator crítico em

uma aquisição de longo prazo, como é a casa própria, com contratos de até 35 anos.

O juro é fator decisivo também na tomada de decisão por novos investimentos: o empreendedor assume o risco do lançamento e reduz a margem de lucro para garantir que o imóvel caiba no bolso do comprador. Essa é a realidade no Brasil e no Distrito Federal, onde construtoras, incorporadoras e loteadoras estão adiando novos lançamentos na expectativa de uma redução da taxa básica da economia.

Ampliar o volume de crédito disponível é essencial, mas as medidas não terão efeito sem que as condições para aquisição da casa própria sejam ajustadas. Esse é o grande desafio do Brasil para 2026. A redução do déficit habitacional não apenas melhora a qualidade de vida das pessoas, como cria emprego, renda e arrecadação de impostos.